

# Brasil paga o FMI na próxima semana

■ BC desembolsará US\$ 1,367 bilhão, equivalentes a 30% da 1ª parcela do empréstimo de emergência, e planeja nova emissão de títulos

Brasília - Carlos Eduardo - 26/2/1999

Brasília - Fernando Bezerra Jr.

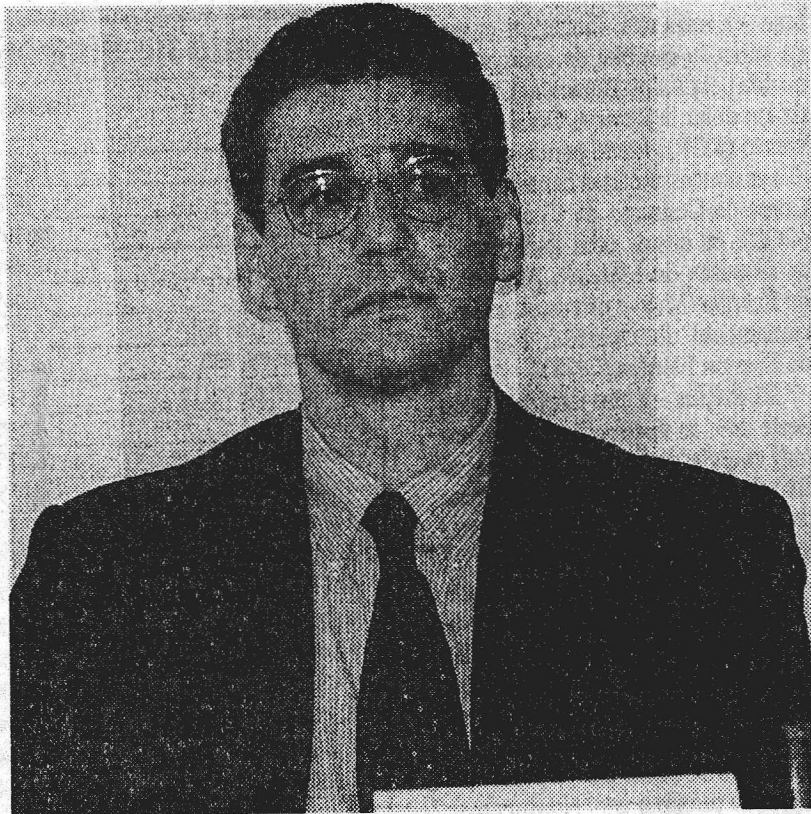
FERNANDA PARAGUASSU\*

BRASÍLIA - O Brasil começa a pagar na semana que vem a primeira parcela do empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco de Compensações Internacionais (BIS) e Banco do Japão. No próximo dia 18, data em que vence a primeira parcela de US\$ 4,5 bilhões, o BC estará pagando US\$ 1,367 bilhão. Esse montante equivale a 30% do principal (valor do crédito sem considerar os juros) do primeiro saque feito em março no BIS e no Banco do Japão. O prazo de vencimento do empréstimo é de um ano. O saldo restante, de US\$ 3,172 bilhões, será rolando em até seis meses. O anúncio foi feito ontem pelo diretor de Assuntos Internacionais do BC, Daniel Gleizer.

Segundo Gleizer, o país teria condições de pagar 100% da primeira parcela ou ainda exercer o direito de rolar sua dívida. Entretanto, como o cenário internacional ainda está "relativamente conturbado", Gleizer disse que, por uma questão de prudência, decidiu-se não pagar tudo. "O mercado poderia interpretar como uma atitude arrogante do BC", explicou.

**Terceira parte** - O diretor destacou que é prematuro interpretar que o Brasil vai abrir mão da terceira parcela do empréstimo feito com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que deverá estar disponível no mês que vem. Segundo ele, o objetivo é pagar esses organismos o mais rápido possível, porque esses recursos são considerados caros. "Essas linhas emergenciais são um empréstimo-ponte para a normalidade. Com o advento da normalidade, nós entendemos que chegou a hora de pagar", disse.

Gleizer explicou que a parte das reservas internacionais compostas pelos recursos desses organismos serão substituídas de outras formas. A idéia é que as reservas passem a ser incrementadas através da balança comercial (aumento das exportações) ou da contratação de empréstimos com o setor privado brasileiro que, por sua vez,



Gleizer, do BC: "Pagar 100% poderia parecer arrogante ao mercado"

toma recursos no exterior por meio da captação com lançamento de papéis.

**Emissão** - O diretor do BC esclareceu que, como a dívida com o BIS não é um referencial para o setor privado, o BC planeja uma nova emissão de títulos neste mês ou no próximo. Ainda não está definido se esta segunda emissão (a primeira foi feita em abril, quando foram lançados US\$ 3 bilhões no mercado nova-iorquino) será em mercado de euro ou de dólar.

No caso do euro, o mercado é novo e, por isso, considerado promissor. Segundo Gleizer, os bancos europeus que entraram recentemente no país gostariam de criar um referencial no mercado europeu. Ao mesmo tempo, o diretor afirmou que existem boas oportunidades no mercado em dólar. Isso porque, com um mercado interno mais volátil, as possibilidades de ganhos dos papéis da dívida externa brasileira (*bradies*) e dos Global Bonds (pa-

péis em dólar lançados no mercado mundial) aumentam.

Esse novo "tratamento" dado às reservas só está sendo possível porque o BC não tem mais obrigação de entrar no mercado para dar liquidez (comprar ou vender dólares para segurar a cotação da moeda). "Cria-se a possibilidade para que se tenha cada vez mais um comprador em uma ponta e um vendedor em outra", disse Gleizer.

**Câmbio suave** - O diretor anunciou também uma medida para "suavizar a flutuação do câmbio". A partir de hoje, todas as operações registradas no BC (empréstimos, financiamentos e investimentos) poderão ter liquidação futura em até 30 dias, em vez de apenas dois dias. O objetivo é dar mais flexibilidade e mais espaço para os agentes econômicos usarem o câmbio flutuante em seu benefício.

(\*) Colaborou Vivian Oswald



Teresa Ter-Minassian (E) e Cláudia Costin: ajuste na folha da União não foi acompanhado pelos estados